



Anais da Assembléia

Nº 105

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 03 DE SETEMBRO DE 1976

ANO II

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA

ATA DA 155.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 1976.

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo e secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Jorge Sato.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiti Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (54)

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

Mensagem 108/76

Curitiba, 31 de agosto de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e os Municípios abaixo especificados, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais.

Municípios

Data da celebração

Planalto	29/06/76
Marechal Cândido Rondon	29/06/76
Quedas do Iguaçu	30/06/76
Foz do Iguaçu	30/06/76
Irati	04/07/76
Santa Cruz do Monte Castelo	29/04/76
Marilena	27/05/76
Mandaguaçu	14/07/76
Quinta do Sol	14/07/76
Guaraniaçu	12/07/76
Cornélio Procopio	07/07/76
Imbituva	30/06/76
Alto Piquiri	20/07/76

Assaí	19/07/76
Rancho Alegre	21/07/76
Bandeirantes	21/07/76
Ibiporã	20/07/76
Santa Amélia	19/03/76
Itaguapé	20/07/76
Santa Mariana	19/07/76
Uraí	16/07/76

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça

OFÍCIOS

Sob o número 268/76, do Senhor José Gonçalves de Souza, Presidente da Comissão Organizadora da I Exposição Filatélica Cultural de Umuarama, no qual convida os Senhores Parlamentares e Digníssima Família para participarem das solenidades de Abertura e Encerramento da I EXFICUM, a realizar-se de 05 a 12 do mês em curso, em homenagem a Semana da Pátria em Umuarama. Ao conhecimento da Casa.

Sob o número 94/76, do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Floresta, solicitando aos Senhores Parlamentares a aprovação das emendas sugeridas pela Associação dos Professores Licenciados do Paraná, para aprovação do Projeto do Estatuto do Magistério Estadual, com tramitação nesta Casa. Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, na forma regimental, a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento da Senhora MANUELA HASS FURTADO, viuva do Senhor AMARO FURTADO, troncos de tradicional família de Rio Negro.

Pede-se, também, que da decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada, na pessoa do Senhor Francisco Furtado.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1976.

(a) Accioly Neto.

Requerimento

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor FRANCISCO MIRÓ, ocorrido no último dia 28 de agosto, em Piraí do Sul, cidadão de elevado conceito, e tronco de prestigiosa família.

Solicito, outrossim, seja dado ciência da decisão da Casa à família entulada

Sala das Sessões, em 01 de setembro de 1976.

(a) Maurício Fruet.

de salva-vidas, socorros de urgência, execução de obras em benefício da coletividade a que pertence.

É de baixo custo o reivindicado pelos Escoteiros - um barracão de madeira, erguido em meio a um local propício para o exercício de seus objetivos, onde tenham condições de promover suas reuniões—. A família curitibana sentir-se-á grata à presença dos Escoteiros no Parque Barigüi.

Nele, os jovens poderão, pois terão oportunidade de exercitar seu mandamento primeiro A PRÁTICA DE UMA BOA AÇÃO POR DIA - e lá eles estarão orientando os motoristas, prestando informações, zelando pela integridade da flora. As crianças terão, além de seus pais, zelosos e meigos vigilantes.

Na tentativa de sensibilizar o Prefeito de Curitiba, engenheiro Saul Raiz, trazemos à guisa de exemplo, a iniciativa coberta de êxito levada a efeito pelo inteligente Prefeito de Maringá que fez edificar em meio ao belíssimo Parque do Ingá, uma cabana destinando-a a sediar os trabalhos do Escotismo maringaense. E os frequentadores daquele logradouro reconhecem os inestimáveis serviços prestados pelos lobinhos, pelos escoteiros e pelos seniors que se prestam com cordialidade, esmero e dedicação a zelar pelas coisas daquele centro de lazer.

É justo ainda que se dê o devido respeito ao Escotismo, dada à condição da entidade-mater, a UNIÃO DOS ESCOTELROS DO BRASIL, ser considerada de utilidade pública Federal pelo que preceitua o Decreto 5.497 exarado ainda em 1928 e o Decreto-Lei 8.828 de 1946.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado estadual infra-assinado, com assento nesta Casa, tendo em vista os lamentáveis fatos ontem registrados nesta Capital, quando, um caminhão procedente de Colombo, conduzindo 1.555 quilos de dinamite e 600 quilos de cola, por volta das 16,20 horas, ocasionou violenta explosão, ao incendiar-se entre as ruas Anita Garibaldi e Dr. Manoel Pedro, em plena rua São Luiz, próximo do Alto do Cabral e do Ahu, do que resultaram duas mortes, centenas de feridos e inestimáveis prejuízos materiais, segundo as primeiras avaliações da tragédia; tendo em vista, outrossim, expedientes anteriores que, a propósito do tráfego de caminhões conduzindo explosivos, já tramitaram por esta Assembléia, ouvido o Plenário, requer seja oficiado ao Senhor Secretário da Segurança, no sentido de que, concluídas as investigações sobre o caso, se digne ordenar a remessa de informações detalhadas sobre a mesma, inclusive suas conclusões constantes de relatórios, que correm a cargo de órgão competente, a fim de que, tais informações uma vez apreciadas pela Comissão com tal atribuição, sejam trazidas ao conhecimento do Plenário.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1976.

(a) Muggiati Filho.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 95/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual na Colônia Marcelino - Município de São José dos Pinhais, para funcionar no próximo ano letivo.

Art. 2.º - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta do orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1976.

(a) Maurício Fruet.

JUSTIFICATIVA:

A Colônia Marcelino, do município de São José dos Pinhais, integrante da zona metropolitana de Curitiba, é um dos núcleos populacionais que mais se tem desenvolvido, quer econômica, quer social e populacionalmente.

Atualmente, mais de duzentas (200) crianças em idade escolar alí residentes, têm que se deslocar para outras localidades, a fim de continuar seus estudos de 2.º Grau.

Com o presente projeto de lei, queremos sensibilizar o Poder Público para o problema daquela comuna, e que temos a certeza, contará com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa.

Projeto de Lei n.º 96/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica incluída no Plano Rodoviário Estadual, para execução em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga a sede do município de Capitão Leônidas Marques aos distritos de Alto Alegre e Boa Vista da Aparecida, prevendo-se a construção de uma ponte sobre o rio Baicuru ou Andrada.

Art. 2.º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1976.

(a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

O município de Capitão Leônidas Marques pode ser apontado como um dos maiores produtores de milho do Paraná, além da sua considerável produção de soja, feijão e arroz.

Apesar de contribuir para a grandeza do Estado, seus recursos públicos são insuficientes para suprir as deficiências que o progressivo crescimento demográfico e socio-econômico interno impõe a todos os setores da administração municipal.

Dessa maneira, embora invista grande parcela de sua arrecadação em estradas, seus recursos, como já dissemos, estão aquém da possibilidade de se pensar na construção de uma ponte sobre o rio Baicuru, o que impediria a divisão que vem sendo observada entre a sede do município e seus maiores e mais progressistas distritos.

Nesse particular, Alto Alegre e Boa Vista da Aparecida aparecem como maiores prejudicados pela dificuldade de transporte e de comunicação com a sede, pois, têm de servir-se de uma precária e rudimentar balsa para a travessia do rio Baicuru, numa extensão de aproximadamente 80 (oitenta) metros, de margem à margem.

Convém salientar que a retificação desse trecho de estrada, com as respectivas obras de arte, haviam sido alardeadas pelo INCRA, órgão que desapropriou muitas áreas de terras nesse município, mas, até o presente momento não foram sequer objeto de estudos mais aprofundados.

Todavia, como se trata de uma estrada inter-municipal, que demanda dos distritos de Juvinoópolis e Rio do Salto, pertencentes a Cascavel, ligando-se à BR-277, a participação do Estado para a execução das obras pretendidas é um imperativo de Justiça a tudo aquilo que representa esse progressista município dentro do quadro agrícola da região Oeste do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) - Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel. (Pausa) Não se encontrando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

Muito obrigado, Presidente da Associação dos Municípios.
Muito obrigado a meus queridos Prefeitos do Norte Pioneiro.

Os nossos agradecimentos ao Sr. Presidente desta Assembléia e aos Srs. Deputados.

Queremos deixar a nossa tristeza pelo episódio de ontem e a nossa euforia pelo episódio de domingo, onde se concederá o Título de Cidadão Benmérito ao Governo que trabalha em prol de sua terra e de sua gente. — (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, lido da tribuna pelo autor, em sessão anterior. A Mesa não recebe o referido requerimento, por conter matéria estranha à Assembléia Legislativa. — **Devolvido ao autor.**

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 75/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, com o município de São Pedro do Paraná, objetivando a construção do prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 75/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 13 de novembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, e o município de São Pedro do Paraná, objetivando a construção do prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 77/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Corbélia, objetivando execução de melhorias nos prédios do Ginásio Estadual "Amâncio Moro" e Grupo Escolar "Duque de Caxias", da sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 77/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 16 de fevereiro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, e o município de Corbélia, objetivando a execução de melhorias nos prédios do Ginásio Estadual Amâncio Moro e do Grupo Escolar Duque de Caxias, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 78/76, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Cianorte, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 78/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, e o município de Cianorte, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 38/76, denominado "Casa Escolar Prefeito Guilherme Zanini", a atual Casa Escolar da sede do Distrito de Canelas, município de Renascença. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei nº 38/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica denominado CASA ESCOLAR PREFEITO GUILHERME ZANINI, a atual Casa Escolar da sede do distrito de Canelas, município de Renascença, neste Estado.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 72/76, declarando de utilidade pública o "CENTRO CASTRENSE DE CURITIBA", com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei nº 72/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A.

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO CASTRENSE DE CURITIBA, com sede nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 81/76, declarando de utilidade pública a Associação de Promoção Integral e Comunitária de Capanema, cidade de Capanema. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei nº 81/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A.

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Promoção Integral e Comunitária de Capanema, com sede naquela cidade.

mas atividades, após o oferecimento de emendas em Plenário, pelos Senhores Deputados.

Há, contudo, conclusões que nos parecem definitivas e que serão acatadas pela Comissão Especial do Estatuto do Magistério, a saber:

- 1 — Adoção da lista triplíce;
- 2 — Revogação de remoção "ex-officio";
- 3 — Implantação da carreira de Diretor;
- 4 — Inclusão do celetista, como contratado, mediante concurso;
- 5 — Redução para noventa (90) dias do prazo estabelecido no artigo 120 do Projeto e designação do concurso em igual prazo;

6 — Impossibilidade de alteração dos níveis de vencimentos, face o disposto no artigo 25 e parágrafos da Carta Estadual, que diz, textualmente:

Artigo 25 —

§ 1º — É da competência exclusiva do Governador a iniciativa das leis que:

- a) disponham sobre matéria financeira;
- b) criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública;
- c) disponham sobre servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de integrantes da Polícia Militar para a inatividade;

§ 2º — Não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista:

- a) nos projetos oriundos da competência exclusiva do Governador.

Quanto à votação, considerando-se que o Estatuto do Magistério integra a categoria de lei suplementar, é de se observar o disposto no artigo 26, da Constituição Estadual, que reza:

"As leis complementares à Constituição serão aprovadas por maioria absoluta dos membros da Assembléia, observados os demais termos da votação das leis ordinárias".

Ante o exposto, opinamos para que o Projeto seja remetido ao Plenário, para cumprimento do disposto no artigo 189, § 3º, do Regimento Interno.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1976.

(aa) JORGE SATO — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

JOSÉ MUGGIATI FILHO — Vice-Presidente

BASÍLIO ZANUSO

ENÉAS FARIA

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o próximo dia 09, quinta-feira, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 99/76, 103/76 e 105/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 10/76 e de Lei números 40/76, 71/76, 75/76, 76/76, 80/76, 82/76 e 85/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 111/76, 164/76 e 193/76.

Marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 10, às 10,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução números 80/76, 81/76, 82/76, 83/76 e 84/76.

Levanta-se a sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 156ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 1976

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Jorge Sato.

Às 11,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Argão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglío, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA:

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). A Mesa lembra aos Sr. Deputados que o Dr. Paulo Nogueira, Secretário Geral da Secretaria Especial do Meio-Ambiente — SEMA, fará uma palestra nesta Assembléia, no dia nove de setembro próximo, às 16,00 horas, sobre temas que dizem respeito à Secretaria Especial do Meio-Ambiente.

Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Continua em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição número 306/76, veto PARCIAL, aposto ao Projeto de Lei número 07/76, oriundo da Mensagem número 27/76, do Poder Executivo, objetivando dar nova redação ao artigo 87 e seus parágrafos, da Lei Complementar número 03, de 14/05/74, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado. Parecer CONTRÁRIO da CCJ., por maioria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Concedo a palavra para discutir, o Sr. Deputado Accioly Neto. Tem 35 minutos para discutir.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Praticamente, esgotou-se ontem o debate acadêmico em torno do veto aposto pelo Sr. Governador do Estado ao Projeto de Lei número 07/76.

Em razão disso, é que hoje venho propor a esta egrégia Assembléia, uma indicação, a qual passo a ler. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, na forma do Art. 130, § 1º, do Regimento Interno, e com fundamento no Art. 28, §§. 1º e 2º, da Constituição Estadual, o deferimento e posterior tramitação da INDICAÇÃO cujo teor é a seguir deduzido.

I — A QUESTÃO

1. Através da Proposição número 206/76 tramita VETO

O Regimento Interno diz apenas que a indicação é proposição de qualquer Deputado, sugerindo manifestação da Assembléia ou de suas comissões, sobre determinado assunto de competência do Poder Legislativo.

Ora, me parece absolutamente claro e estreme de qualquer dúvida, que é competência da Assembléia pronunciar-se sobre qualquer um dos dispositivos constantes da Carta Política Estadual. E não é pelo simples fato de que essa Carta Política é fruto da vontade do Legislador Estadual. Mas é que está insito na própria competência do Poder Legislativo, interpretar as normas da lei estadual maior.

Ora, se temos esta competência, se ela nos é outorgada pelo próprio texto da Constituição, se nós temos esta competência porque ela decorre do fato simples de que fomos nós legisladores que a criamos, é mais do que razoável que um dia alguém aqui viesse e trouxesse à deliberação dos Srs. Deputados uma indicação visando com ela, exatamente, arrancar da Assembléia uma interpretação a propósito do dispositivo constitucional. Erraríamos todos nós se nos escusássemos neste momento de tempos novos a interpretar o que significa a fundamentação do veto de que trata o artigo 28, parágrafo 1º da Constituição Estadual.

Os Governadores do Estado que têm se sucedido ao longo do tempo têm sistematicamente apostado vetos aos projetos de lei oriundos desta Casa. E sempre, ou fundamentado na sua inconstitucionalidade ou pelo fato do plano de lei contrariar interesse público. E os equívocos têm sido tantos que o próprio Governo do Estado chega a cometer um dos maiores quando confunde o interesse público com o interesse do Estado. São dois aspectos completamente distintos. Não se peja o Governador do Estado em dizer, no ofício através do qual encaminhou o veto, que a parte vetada contraria os interesses do Estado. Mas, a Constituição fala em contrariedade de interesse público. Já estaria aqui, à primeira vista, um aspecto a ser discutido dentro desta aplicação, porque não é este o primeiro ofício do Governador, ao vetar projeto de lei, argumentando, a seu favor, que o projeto contraria interesses do Estado.

Ora, quais os interesses do Estado e quais os interesses públicos? Claro que seria o pressuposto de que o Estado representa o interesse público. Mas, aí há um motivo porque a expressão "Estado" não se refere exclusivamente a público. Ela é muito mais ampla e abrangente. Ela quer significar o Poder Executivo, o Poder Judiciário e este próprio Poder, o Legislativo.

É por esta razão, e não por outra, que o legislador foi sábio quando escolheu a expressão "interesse público" para fazer constar da Constituição e não "interesse do Estado", porque nem sempre os interesses do Estado coincidem com o interesse público.

Resta saber se o Governador do Estado ou mesmo o Presidente da República é o juiz da conveniência do interesse público. Ele o é. E disto a própria Constituição faz "tábua rasa". Mas, desde quando o Governador do Estado é o juiz da conveniência dos interesses do Estado? Certo é que tais interesses não dizem respeito exclusivamente ao Poder Executivo. Nesses interesses se envolvem, também, os Poderes Judiciário e Legislativo.

Já, aqui, portanto, neste caso concreto, teríamos uma falha de interpretação do Chefe do Poder Executivo em relação à norma constitucional e aqui deveria, também, a Assembléia fixar a sua interpretação.

Mas, quando se inseriu no texto da Constituição Federal, em seu art. 59, § 1º, que é repetido na Constituição Estadual, art. 28, § 1º, que o Governador e o Presidente da República poderá vetar total ou parcialmente um projeto, desde que ele seja inconstitucional ou contrarie os interesses públicos, criou-se um ato vinculado por parte do Chefe do Poder Executivo. Um ato vinculado à medida em que não pode ser desencadeado sem a necessária, legal e constitucional fundamentação.

Não bastaria, portanto, que o Governador do Estado encaminhasse ofício à Assembléia Legislativa ou o Presidente da República ao Congresso Nacional, comunicando simplesmente que vetei determinado projeto de lei, total ou parcialmente, porque ele é inconstitucional. E é como está aqui. Em outras palavras, será que basta, em face do texto constitucional, que o Governador ou o Presidente da República diga simplesmente que o Projeto é inconstitucional? É evidente que não. É preciso que ele aponte qual o dispositivo da Constituição Federal ou da Constituição Estadual que foi violado pela iniciativa do Parlamentar. Pode-se equiparar esta situação a um exemplo que teríamos do Direito Penal. O Direito Penal tem uma regra absoluta e que é irremovível no relacionamento que possa, porventura, provocar. É a Tipicidade, não existe, e é irrelevante no Direito Penal, qualquer fato desde que ele seja atípico. Mas no Direito Constitucional também se afigura a figura Tipicidade. Para que um projeto seja inconstitucional é preciso que a violação seja típica, isto é, se atenha a uma determinada definição legal, constante da Carta Política maior.

Assim como ninguém pode ser condenado pelo simples fato que cometeu uma conduta anti-jurídica, ninguém poderá vetar um projeto de lei no exercício da Presidência ou do Governo do Estado, sem que haja necessária correspondência entre a iniciativa parlamentar e o texto legal.

Para que alguém sofra qualquer das penas culminadas no Código Penal, é preciso que a sua conduta seja adequada a uma das descrições típicas dos fatos delituosos. Assim como não pode sofrer o veto que não está adequado a nenhuma das situações previstas na Constituição Estadual ou na Constituição Federal. E é através desta indicação, que se pretende por cobro a esta situação que está se tornando uma situação intolerável nesta Casa.

Porque não é este o primeiro veto, e tenho certeza, não será o último, apesar da discussão que ele, fatalmente, irá provocar. Já antes, em situação anterior, aqui desta tribuna, defendia eu um projeto de minha autoria, a propósito de pensão concedida pelo Instituto de Previdência do Estado. S. Exa., o Governador, entendeu vetá-lo alegando a sua inconstitucionalidade. E nós todos vimos a saciedade, que inconstitucional não era, porque a pensão a que eu me reportava no projeto, no que se refere à sua formulação, tinha necessária fonte de custeio ao contrário do que afirmava o Governador do Estado. E não obstante a falta de tipicidade do Veto por força de circunstâncias regimentais no primeiro plano, e sobreparando sobre ela as próprias circunstâncias constitucionais, nós acabamos de ver aprovado e mantido um Veto, cuja fundamentação era absolutamente equívoca.

Esta indicação apresentada na sessão de hoje, não tem nenhuma coloração política, e se enganam aqueles que assim pensam. Não vem ela rotulada por nenhum partido político. Ela tem apenas o objetivo expresso de permitir, ao menos uma vez, que esta Casa saia do seu marasmo, que esta Casa saia da sua quase insignificância, que este Plenário saia de sua situação quase abúldia, para mostrar ao Chefe do Poder Executivo que aqui não se aceita a manifestação do Rei, a manifestação imperial, sem qualquer contestação. E que hoje, e de há muito no Regime Republicano, existem certas regras que estão acima das individualidades e que não podem ficar sujeitas ao arbítrio de um homem que, de repente, na escuridão de suas portas, fechado nos seus lúgubres quartos, impede que o processo legislativo chegue íntegro ao seu final, porque nele vê, equivocadamente, não o interesse público, mas o interesse do Estado.

O Sr. Osvaldo Macedo — Deputado Accioly Neto permite um aparte? (Assentimento).

Em louvor à tese que V. Exa. tão brilhantemente defende da tribuna desta Assembléia, gostaria de fazer algumas considerações que demonstram, que comprovam não só que veto não há, mas como que, ainda, não vetando, o Sr. Governador foi

tado Accioly Neto, tivesse trazido para o conhecimento deste Plenário, um só fato concreto, e que o Tribunal de Contas do Estado, tivesse negado o registro do processo de aposentadoria, incluindo as vantagens e gratificações que são objeto da emenda do ilustre Deputado.

Não tendo havido este fato concreto, e se constituindo em norma, do Tribunal de Contas, a aceitação tácita, da inclusão dessas vantagens, quando da inatividade do funcionário público, não vejo porque, Sr. Presidente, se pretenda por este expediente, mudar toda uma tradição legislativa, amparada pelo preceito mais alto da nossa Constituição. Por esta razão, Sr. Presidente, e desejo me antecipar, é possível que o eminente Deputado Accioly Neto, pretenda o sobrestamento, ou que se deixe sobrestada a matéria, objeto de deliberação, para procurar a oportunidade da presença de quorum exigido. E desejo apenas, antecipando-me, afirmar que o parágrafo único do Art. 177 do Regimento Interno, proíbe o adiamento de votação para os projetos de prorrogação, ou de adiamento das sessões legislativas, ou os vetados e os considerados urgentes. Esses não admitirão adiamento de votação.

É por esta razão, Sr. Presidente, que lamentamos não estar ainda desta vez, em consonância com as brilhantes exposições aqui expendidas pelo ilustre Deputado Accioly Neto.

Todavia, fica a certeza de que esta Casa continua respeitando a Lei Maior, procedendo como está, fazendo com que a Presidência, ainda em tempo hábil, na presente sessão, solicite do colendo Plenário, deliberação sobre o veto.

O Sr. Paulo Camargo — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Sr. Deputado, admiro a gana, a animação, “o gás”, com que o ilustre Deputado Accioly Neto defende todas suas proposições.

Acho isso de um valor extraordinário.

Se todos os Deputados, todos os Vereadores, todos os Senadores do Brasil, defendessem, como S. Exa., suas idéias, seus julgamentos, certamente teríamos uma elevação dos Legislativos.

Entretanto, com referência a essa matéria, brilhantemente defendida pelo nobre Deputado Accioly Neto, acho que o Governo vetou apenas uma redundância. Porque já estão na Lei Complementar número 3, garantidas essas vantagens aos componentes da Polícia Civil. E como razão do veto, S. Exa. o Sr. Governador não poderia dar outra senão essa.

Já aconteceu, nesta Casa, muitas vezes, aprovarem projetos de lei quando já existiam leis a esse respeito. E esses projetos foram ao Executivo, foram vetados exclusivamente porque já existiam leis no mesmo sentido.

Na minha opinião, houve um equívoco da Assembléia ter votado lei já existente.

É dessa forma que vejo o aspecto da questão do veto.
O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço a participação inteligente de V. Exa., Deputado Paulo Camargo.

Quer me parecer que seria mais próprio provocar um parecer normativo da Secretaria de Recursos Humanos sobre a matéria.

Porque é sabido que a Secretaria de Recursos Humanos tem validado a incorporação da gratificação e todas as outras vantagens em todos os processos de aposentadoria, não vejo como se pretenda impingir ao Executivo o desrespeito a qualquer norma, inclusive a que estatui a Lei Complementar número 3/74, votada por esta Casa de Leis. E a simples menção à Lei Complementar 3/74, feita pelo Executivo quando fundamenta o veto parcial, seria no meu entender, suficiente para que a Comissão de Constituição e Justiça, à luz da Lei Complementar número 3, verificasse a procedência da argumentação governamental. Também não se pode pretender que além de fazer menção à lei complementar 3/74, o Executivo juntasse às razões do

veto cópia da Lei Complementar número 3, que temos em nossos arquivos, em nossa Biblioteca, para ser manuseada pelos Srs. Deputados.

O Sr. Accioly Neto — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Solicitei o aparte apenas para fazer uma pergunta a V. Exa., se me permite. Já que V. Exa. defende com tanto brilhantismo, como lhe é peculiar, o veto, gostaria que V. Exa. dissesse quais os dispositivos legais que regulamentam esse veto.

O SR. IVO THOMAZONI — No caso em tela, a própria Lei Complementar número 3/74. E diria mais, o inciso segundo do Artigo 70 da Constituição do Estado. Vou ler o artigo 70 da Constituição Estadual: “O funcionário terá acréscimo aos vencimentos:

I — de cinco em cinco anos de exercício, cinco por cento até completar vinte e cinco por cento;

II — ao completar trinta anos de exercício, cinco por cento por ano excedente, até o máximo de vinte e cinco por cento.

§ 1.º — A incorporação dos acréscimos será imediata, inclusive para efeito de aposentadoria, e será computada igualmente sobre as altas dos vencimentos.

§ 2.º — São reconhecidas as mesmas vantagens aos integrantes das corporações militares”.

O Sr. Accioly Neto — Esse capítulo não tem mais nada, não justifica.

A Lei Complementar também não. V. Exa. lembra-se muito bem quando tramitou o Projeto 7/76, na mesma época tramitou o Projeto 6/76. O primeiro determinando a incorporação aos proventos de aposentadoria aos servidores públicos civis da gratificação referente a serviços extraordinários, e outro, que é o de número 7/76, autorizando a incorporação na aposentadoria no regime de tempo integral e dedicação exclusiva. Então vejamos, se a regra do Estatuto é válida para a Polícia Militar, por que dois projetos distintos e não um só?

O SR. IVO THOMAZONI — Devo responder a V. Exa. que votamos aqui o Código de Vencimentos da Polícia Militar.

O Sr. Accioly Neto — Não tem nada a ver com Polícia Civil.

O SR. IVO THOMAZONI — Paralelamente tramitou por esta Casa o Estatuto da Polícia Civil.

V. Exa. sabe também o esforço que o Executivo e esta Casa fizeram no sentido de que houvesse igualdade de vencimentos hierarquicamente entre os integrantes da Polícia Militar e os da Polícia Civil do Estado.

Procurou-se, através da adoção do tempo integral e dedicação exclusiva, para os elementos da Polícia Civil, deferir percentuais que variando de 50 a 100 por cento, que pudesse disciplinar um teto de vencimentos capaz de fazer com que o vencimento maior do integrante mais graduado da Polícia Militar do Estado se equiparasse ao vencimento maior do Delegado de Carreira da Polícia Civil do Estado e manter as proporções da hierarquia militar para com os funcionários do quadro próprio da Polícia Civil.

Já foi muito difícil conscientizar as duas categorias, a fim de que ambas entendessem como válido o teto de vencimento que pudesse não deixar uma acima da outra, no que diz respeito à percepção de vencimentos e vantagens.

O Sr. Accioly Neto — Não tem nada a ver o código de vencimentos e vantagens da Polícia Militar, com a tabela de vencimentos da Polícia Civil. São duas coisas completamente diversas.

O SR. IVO THOMAZONI — Mas, se procurou manter.

O Sr. Accioly Neto — Há uma série de vantagens com relação à Polícia Militar que, de forma alguma, seria possível adaptar à Polícia Civil.

O SR. IVO THOMAZONI — Mas, que deferidas encontram um teto...

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado, pela Presidência da Casa, ofício ao Excelentíssimo Senhor SECRETÁRIO DE SEGURANÇA, solicitando abertura de Inquérito Policial junto à Delegacia de Polícia do município de União da Vitória, face às arbitrariedades que vêm acontecendo naquela célula policial, conforme declaração anexa a este requerimento.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 1976.

(a) Domício Scaramella.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Sua Excelência o Senhor SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, veemente apelo, no sentido de que seja criado um Ginásio Estadual na Colônia MARCELINO município de SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.

Tal apelo se faz, tento em vista o grande número de escolares ali residente, e que por falta de um Ginásio, têm que se deslocarem para o município de São José dos Pinhais, a fim de seguirem seus estudos após o curso primário.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1976.

(a) Maurício Fruet.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao DR. RENATO ANTÔNIO JOHNSON, digníssimo Presidente da TELEPAR, no sentido de determinar melhorias nos serviços telefônicos do município de ARARUNA PARANÁ.

Sala das Sessões, em 3 de Setembro de 1976.

(a) Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

Dentro do processo de desenvolvimento de comunicações do Estado do Paraná, a cidade de ARARUNA, mesmo contando com um sistema telefônico local, sendo hoje em nosso Estado, uma das poucas (talvez a única) cidades em que dificilmente se tem condições de falar via telefônica através do Sistema Interurbano.

Nestas condições, solicitamos através deste expediente seja o município de ARARUNA colocado nos planos da TELEPAR de um Sistema de DISCAGEM DIRETA À DISTÂNCIA.

Por outro lado, salientamos a urgência na melhoria do sistema atual, principalmente no que diz respeito ao Sistema Interurbano.

Requerimento

Senhor Presidente.

Os Deputados Valter Pietrângelo e Enéas Faria, que subscrevem o presente, requerem após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Senhor PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CURITIBA, no sentido de que o mesmo adote providências para sediar GRUPO DE ESCOTEIROS NO PARQUE DO BARIGUI.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1976.

(aa) Valter Pietrângelo e Enéas Faria.

JUSTIFICATIVA:

Robert Stephenson Smyth BADEN-POWELL se vivo fosse, sentiria seu coração traspassado pela espada da inépcia dos homens que dirigem a cidade cujos propósitos de humani-

zação tem sido rão propalados.

Sim, o fundador do Escotismo não se conformaria com o desdenhamento por parte do Poder Executivo Municipal para com um Grupo de Escoteiros desta Capital, destituído que está de local para acampamento e para a prática de suas finalidades, caracterizadas pelo elevado objetivo de elevação de princípios morais e cívicos.

Com o agravante ainda, de que a comunidade curitibana carece dos serviços prestados pelos Escoteiros, o que é comprovado pelos recentes noticiários de nossa Imprensa, denunciando a falta de segurança e a ausência de meios de informação registradas no fabuloso Parque do Barigui.

Ainda em sua edição de ontem, o jornal GAZETA DO POVO estampa matéria à qual o articulista intitula "Sem policiamento o Parque Barigui" e cujo texto destacamos os seguintes tópicos: ".....está ganhando maior número de frequentadores, advindo daí a necessidade de adoção de melhor policiamento e fiscalização do local" e "....Se a situação continuar como está, basta mais uns dois ou três finais de semana iguais ao último para que o parque esteja reduzido a um monte de barro, valetas abertas por rodas de carros, árvores derrubadas grama pisoteada, além de detritos por todo lado".

E chamamos ainda a atenção de Saul Raiz, para outro artigo veiculado também pela GAZETA DO POVO, sob o título "ESCOTEIROS VIVEM DRAMA SEM A SEDE" que em seu segundo parágrafo, salienta: "O grande problema enfrentado pelos escoteiros (Grupo Escoteiro São Judas Tadeu), é justamente a falta de uma sede onde eles possam se instalar.

Há algum tempo atrás, o Grupo ocupava uma das salas do Grupo Escolar Maria Aguiar Teixeira, mas foram retirados de lá.

Agora terão também de sair do Grupo Escolar República do Uruguai, sua sede atual.

Eles ocupam a mesma sala que as bandeirantes e, por falta de espaço precisam arrumar outra sede".

Em seguida, o artigo esclarece: "O Grupo é comandado por Wilson Cordeiro — Chefe do Grupo e Antônio Silva, Chefe da Tropa—.

Segundo eles, já foram enviados 2 ofícios ao Prefeito Saul Raiz, solicitando colaboração no sentido de conseguirem uma nova sede.

Também enviados ofícios ao Secretário da Educação e ao Superintendente do IPPUC.

No último, eles dão a sugestão de que poderiam construir sua sede no Parque Barigui, assumindo toda a responsabilidade de manutenção pelo espaço que ocuparem".

Mais adiante, o repórter da Gazeta finaliza: "Enquanto não sabem para onde se transferir, os escoteiros prosseguem em suas atividades, sendo o Grupo um dos mais atuantes em Curitiba. Nas festividades alusivas à Semana do Escoteiro, o Grupo São Judas Tadeu obteve o primeiro lugar em várias competições realizadas, terminando entre os primeiros colocados.

Sua única opção seria uma manifestação do IPPUC favorável à idéia de instalar nova sede no Parque Barigui".

Isto posto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, julgamos necessária a intervenção desta Casa, através de manifestações das duas brilhantes bancadas, para que, através de documento a ser expedido por esta Assembléia, se sensibiliza o Prefeito Saul Raiz, o Secretário de Educação e o IPPUC para atendimento à reivindicação honesta, justa e sensata do Grupo São Judas Tadeu.

É portanto, desumano e incoerente o alheamento do Executivo curitibano, surdo aos apelos dos Escoteiros que pleiteiam local para acampamento, sendo que repetimos, a comunidade carece dos préstimos desses jovens.

Educados, polidos, devotados ao estudo das coisas da natureza, das quais são intransigentes defensores.

Entre suas atividades específicas pontilham os serviços

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejamos justificar requerimento encaminhado à Mesa, em que, se aprovado pela Casa, serão solicitadas remessas de informações detalhadas sobre as lamentáveis ocorrências de ontem, verificadas nesta Capital, e que deverão constar de inquérito, dos relatórios destas medidas policiais que correm pelos órgãos competentes, a fim de que estas informações sejam apreciadas pela Comissão e trazidas ao conhecimento do Plenário.

Não concordamos que, à primeira vista, se atribuam responsabilidades sobre as ocorrências verificadas, tão somente aqueles que diretamente provocaram o acidente. Tivemos oportunidade, já em 1974, em 28 de maio, de ver aprovado por esta Casa, um requerimento, em que dissemos nesta Casa, entre outras coisas, o seguinte, e que ora registramos como razões do requerimento de hoje:

“Têm-se notícias de que firmas empreiteiras na região Norte do Estado, estariam transportando explosivos, sem observância dos elementares preceitos que regem a matéria. Sabe-se que, em um só veículo, são transportados explosivos, geralmente dinamite, espoletas e gelatinas, quando a técnica para evitar explosões indica que tais materiais devem ser transportados separadamente.

Por outro lado, é imperativo legal, que os veículos que transportam explosivos, deverão ter suas carrocerias pintadas de cor verde e uma faixa horizontal branca de 40 centímetros de largura em toda a sua extensão, à meia altura, a qual deverá conter o dístico INFLAMÁVEL, EXPLOSIVO, ou MATERIAL FÍSSIL, pintado com tinta refletora de cor vermelha, nas laterais, na traseira, e que não vem sendo respeitado em flagrante desacato ao Decreto Federal 62.127 de 16 de janeiro de 1968.

Além disto, a medida era solicitada, visa, antes de tudo, evitar uma catástrofe de proporções imprevisíveis, notadamente se tal fato vier a ocorrer no quadro urbano, suburbano de alguma cidade.”

Em resposta a este requerimento, no dia 21 de outubro de 1974, recebemos por intermédio da 1.ª Secretária, do Sr. Jefferson W. Wanderley, o seguinte ofício:

“Sr. Secretário, temos a satisfação de acusar o recebimento do ofício através do qual é encaminhada cópia do requerimento, formulado pelo Deputado José Muggiati Filho, solicitando providências quanto à fiscalização de veículos que transportam explosivos.

Após a devida apreciação, encaminhamos o expediente à Polícia Rodoviária Estadual, a fim de serem exigidos cumprimentos legais.

Esclarecemos ainda, que normalmente os transportes de explosivos são controlados pelo Ministério do Exército, através do SFIDT, na oportunidade, etc. etc.... engenheiro assessor da Diretoria Geral do DER,

Jefferson Weigert Wanderley.”

Está claro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Estado tem responsabilidade civil com relação a acidentes desta natureza, de vez que, é o Estado responsável pela prática de atos que dizem respeito à segurança da população. A omissão neste sentido, culposa ou dificilmente dolosa, acarreta ao Estado tais responsabilidades.

Nós não podemos entender como possa entrar numa capital um veículo com 1.555 quilos de dinamite e outros materiais inflamáveis, sem que tivesse passado esse veículo pela fiscalização a cargo dos órgãos competentes.

O inquérito deverá esclarecer esses detalhes, mas é preciso também que esse inquérito não venha encobrir possíveis - nós não fazemos qualquer prévio julgamento - possíveis omissões dos órgãos competentes, aos quais se atribui essa tarefa de

grande importância, já, inclusive, abordada nesta Casa e que diz respeito à segurança da população.

Era o que tínhamos a dizer em abono do nosso requerimento, Sr. Presidente, e que visa trazer para esta Casa os necessários conhecimentos, a fim de que fique ela inteirada de que as autoridades responsáveis procederam na forma e de acordo com a lei, não somente na apuração das responsabilidades criminais pela ocorrência verificada, mas, principalmente também, porque é tão importante quanto o que agora se faz, no exercício dos atos que visavam prevenir a tragédia verificada.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos nesta tribuna, para comunicar a esta egrégia Casa, que a justiça está sendo aplicada no Norte Pioneiro, pois que, na última reunião da Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, liderada pelo seu Presidente, o ilustre Prefeito de Santo Antônio da Platina, Dr. Ademar Lemes de Toledo, por unanimidade achou por bem aquela Associação, representada por todos os Prefeitos de nossa micro-região, outorgar o título de Cidadão Benemérito a S. Exa. o Dr. Jayme Canet Júnior, ilustre Governador do Estado.

E é isto que nos impele, que nos anima, a traduzir a euforia daquele povo, pela justeza desse diploma, conferido a S. Exa. o Governador do Interior, de todos os paranaenses.

Viram os Prefeitos, viu a Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, liderada pelo ilustre, dinâmico e trabalhador Prefeito de Santo Antônio da Platina, Ademar Lemes de Toledo, a justeza de conferir esse título de Cidadão Benemérito a Jayme Canet Júnior, quando vemos um Governo voltado exclusivamente ao trabalho, e procurando traduzir em todos os aspectos a admiração de sua terra, de seu povo e de sua gente.

Queremos nos parabenizar com aquela Associação, quando confere um dos mais altos títulos de uma cidade, em reconhecimento aos seus trabalhos e à aplicação do dinheiro público, do dinheiro do povo, em benefício daquele mesmo povo.

E é isto, Sr. Presidente, e é isto Srs. Deputados, que consegue a cooperação dos homens de boa vontade, dos homens honestos, dos homens da estirpe de Jayme Canet Júnior, a proceder trabalhos por sua terra, por sua Pátria, que é nosso Brasil.

Então, saiba o Paraná, saiba S. Exa., o Sr. Presidente desta Casa, que como uma pequena parcela de reconhecimento pelo muito que Canet Júnior tem feito pelo Norte Pioneiro e pelo Paraná, haveremos, humildemente, de acompanhar S. Exa. na inauguração daquela estrada, daquela rodovia de Jaguariaiva a Santo Antônio da Platina.

Agradecemos, também, a S. Exa., por intermédio do Diretor Presidente Dr. Emílio Gomes, ex-Governador do Estado, Presidente do Banco do Estado do Paraná, pela concessão de duas agências, uma em Jandaia do Sul e mais uma em Santa Ana do Itararé.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo Arenista está voltado, exclusivamente, ao trabalho, ao trabalho honrado, ao trabalho honesto que é peculiar aos homens de boa vontade de nossa agremiação.

Estamos eufóricos, quando vemos um corroborado de vinte e cinco Prefeitos dando um voto de cidadão benemérito da nossa região, ao nosso Governador.

É para nós uma euforia. É para nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma satisfação, o trabalho honrado deste Governador e estarmos acompanhando, paripassu, este Governo que há de dar para a ARENA, na nossa região, uma vitória esmagadora de, pelo menos, noventa e cinco por cento.

Muito Obrigado, Governo Canet Júnior.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1976.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator

O SR. PRESIDENTE — (**Paulo Camargo**). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Francisco Miró, ocorrido em Piraí do Sul. — **APROVADO**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Manuela Hass Furtado, ocorrido na cidade de Rio Negro. — **APROVADO**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que seja criado um Ginásio Estadual na Colônia Marcelino — município de São José dos Pinhais. — **APROVADO**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança, encarecendo abertura de inquérito policial junto à Delegacia de Polícia do município de União da Vitória, face às arbitrariedades que vem acontecendo naquela célula policial. — **APROVADO**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de determinar melhorias nos serviços telefônicos do município de Araruna. — **APROVADO**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança no sentido de que, concluídas as investigações com relação à explosão de um caminhão conduzindo dinamite, ocorrido nesta Capital, se digne ordenar a remessa de informações detalhadas sobre a mesma. — **APROVADO**.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Valter Pietrângelo e Enéas Faria, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de que o mesmo adote providências para sediar Grupo de Escoteiros no Parque Barigui. — **APROVADO**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, através de órgão competente, no sentido da constituição de uma Comissão Técnica para levantamento dos materiais aplicados na construção do prédio destinado ao Ginásio de Abatíá. — **REJEITADO**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando ao Departamento de Material, através do Sr. Governador do Estado, ofício informando a situação do estoque de material escolar. — **REJEITADO**.

Sobre a mesa, o Parecer da Comissão Especial para estudo do Estatuto do Magistério, Parecer ao Projeto de Lei número 186/75, de acordo com o Regimento: Publique-se na forma do artigo 189, § 3º, do Regimento Interno, aberto o prazo de quinze dias para apresentação de emendas em Plenário, após a publicação do Parecer.

(É o seguinte o teor do parecer).

P A R E C E R

COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO DO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 186/76

Encaminhado pela Mensagem Governamental número 148/75, de 03 de dezembro de 1975, o Projeto de Lei número

67/75, versa sobre o Estatuto do Magistério Público do Estado do Paraná, para o ensino de 1º e 2º graus, em sintonia com disposição da Lei Federal número 5692, de 11 de agosto de 1971 e dá outras providências.

Da análise preliminar da matéria, feita em conjunto com os componentes da Comissão, temos que o Projeto de Lei 186/75 se encontra tramitando nesta Casa de acordo com o estabelecido pelas normas constitucionais e regimentais, seguindo o rito das leis complementares (parágrafo único do artigo 26 da Constituição Estadual e artigos 189 e 190 e parágrafos do Regimento Interno).

Segundo a Mensagem o presente Estatuto do Magistério representa o somatório de idéias, tendências, aspirações e opiniões devidamente compatibilizadas oriundos de órgãos ou pessoas com responsabilidades diretas ou colaterais no processo educativo de nosso Estado, além de captar subsídios e sugestões em Estatutos do Magistério de outras quinze unidades da Federação.

Salienta, também, a Mensagem de Sua Excelência o Senhor Governador, de que o presente Estatuto elaborado através da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, sofreu o competente exame crítico das Secretarias de Estado do Planejamento, Recursos Humanos e Finanças, além da Casa Civil, a fim de que a perfeição e a sua compatibilização fosse factível com a realidade do sistema educacional de nosso Estado.

De acordo com o estabelecido pelo Regimento Interno, o Ante-Projeto de Lei, após o seu recebimento e autuação nesta Casa, teve a sua impressão e em seguida a distribuição dos avulsos às Associações de Classe visando que as mesmas se pronunciassem e encaminhassem sugestões e subsídios.

Pronunciaram-se a Associação dos Professores do Paraná — APP, a Associação dos Professores Licenciados do Paraná — APLP, o Conselho de Representantes dos Professores do Paraná, a Câmara Municipal de Maringá e Associação dos Servidores Públicos do Paraná. Tais sugestões e subsídios, já incluídos ao presente processo legislativo, foram objeto de aprofundados estudos e debates nesta Comissão. Refletem tais estudos, toda capacidade, dedicação e brilhante inteligência com que tais órgãos representam a numerosa classe do magistério.

A propósito, convém ressaltar a iniciativa do ilustre Presidente da Comissão, Deputado Jorge Sato, convidando a assessoria técnica da Secretaria de Educação e Cultura para um debate sobre a implantação do Estatuto, dos mais úteis por sinal, no qual muitas dúvidas de ordem técnica foram dirimidas. Ficou claro, inclusive, que o Plano de Classificação de Cargos, a ser feito nos moldes da Lei número 5645, de 10 de dezembro de 1970, deverá ser alcançado assim que se inicie tal implantação com relação ao funcionalismo civil e das autarquias do Estado.

Noutra reunião conjunta de igual importância, os membros desta Comissão Especial, como convidados, participaram de uma Assembléia Geral Extraordinária da APLP e APP, em Maringá, à qual também compareceu o eminente Deputado Federal Túlio Vargas, ora Secretário de Justiça, como observador do Poder Executivo Estadual.

Segundo ficou assentado, os trabalhos finais desta Comissão, incluem, ainda, como medida capaz de abreviar as discussões e ampliar as possibilidades de inclusões definitivas em torno de várias teses em debates, a efetivação de uma reunião conjunta, da qual participariam os senhores deputados autores de emendas, os senhores representantes de órgãos da classe diretamente interessada e a assessoria técnico-educacional.

As conclusões da CPI da Educação no Paraná foram objeto de análise, também, pela Comissão Especial, cumprindo ressaltar o relevante papel desempenhado pela mesma, notadamente, abreviando o envio da Mensagem do Estatuto.

Parece-nos inoportuno uma apreciação imediata sobre as emendas e sugestões apresentadas, uma vez que a acolhida ou não de emendas pela Comissão constitui matéria de suas próxi-

PARCIAL aposto ao Projeto de Lei número 07/76, oriundo da Mensagem número 27/76, do Poder Executivo, objetivando dar nova redação ao Artigo 87 e seus parágrafos, da Lei Complementar número 03, de 14 de maio de 1974, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado.

2. O veto parcial incidiu sobre as expressões “sem prejuízo de outras vantagens e gratificações”, constantes do Art. 1º, na pretendida redação ao § 1º, do Art. 87, da citada Lei Complementar.

3. Ao justificar a negativa de sanção, o Senhor Governador do Estado assim se manifestou:

“O não colhimento às expressões acima transcritas, que resultam de Emenda dessa augusta Casa de Leis, decorre de pronunciamento expandido pelo Senhor Secretário de Estado dos Recursos Humanos, segundo o qual:

“A emenda ao § 1º, do Artigo 87, adicionando aos termos do parágrafo a expressão “sem prejuízo de outras vantagens e gratificações” não nos parece de modo a receber a nossa concordância.

As demais vantagens e gratificações já estão previstas e perfeitamente regulamentadas nos dispositivos legais da espécie.

A Mensagem não propôs revogação de qualquer preceito que diga respeito a essas vantagens e qualificações.

Assim, entendemos deva ser vetada a expressão “sem prejuízo de outras vantagens e gratificações”, no § 1º – Art. 87”.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe...”

4. Tais motivos, consoante está no Ofício número 101/76, do Chefe do Poder Executivo, contrariam os interesses do Estado, o que fundamentaria o veto apostado.

II – O VETO E SUA FUNDAMENTAÇÃO

5. Dispõe o § 1º, do Art. 59, da Constituição Federal, que

“Se o Presidente da República julgar o Projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á, total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados daquele que o receber...”

De seu turno, a Constituição Estadual, atendendo à regra do Art. 13, III, da Carta Federal, inseriu quanto à fundamentação do veto, dispositivo idêntico, o qual está assim descrito no § 1º, do Art. 28:

“Se o Governador julgar o Projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á, total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados daquele que o receber...”

A recusa à sanção, portanto, há de ser, sempre, fundamentada.

E, “dois são os fundamentos aceitos para a recusa de sanção – a inconstitucionalidade e a inconveniência, aquele um motivo estritamente jurídico, a incompatibilidade com lei mais alta. Este um motivo estritamente político, envolvendo uma apreciação de vantagens e desvantagens”. (MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, do Processo Legislativo, pág. 182).

III – VETO AO PROJETO DE LEI Nº 07/76 SEM FUNDAMENTO

6. Data vênua, o Senhor Governador do Estado deixou de fundamentar, nos termos do § 1º, do Art. 28, da Constituição Estadual, o veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 07/76.

É que, na espécie, as expressões “sem prejuízo de vantagens e gratificações” não são, já que não portam nenhum vício de inconstitucionalidade, contrários ao interesse público.

Mas, “os vetos têm de ter motivos de veto. Não é veto o que se emite sem fundamentação. Se o Presidente da República remete o projeto sem motivar o veto, o Congresso Nacional não o pode aceitar: ao Presidente do Senado Federal cabe devolvê-lo ao Presidente da República e talvez já expirado esteja a quinquena do Art. 59, § 2º (PONTES DE MIRANDA, Comen-

tários à Constituição de 1967, com a Emenda número 01 de 1969, pág. 191).

Nessas circunstâncias, o Presidente da Assembléia Legislativa não pode aceitar o veto parcial apostado ao Projeto de Lei número 07/76.

Todavia, o prazo do Art. 28, § 2º, da Constituição Estadual, que é de quinze dias, já se esgotou, e, destarte, não pode mais o Governador do Estado manifestar-se.

Assim, é de aplicar-se, no caso, a regra estatuída no citado mandamento constitucional, que estabelece:

“Decorrida a quinquena, o silêncio do Governador importará em sanção”.

IV – A INDICAÇÃO

7. Isso exposto, através de indicação, requer-se o pronunciamento da Assembléia sobre a aplicação, ao veto apostado ao Projeto de Lei número 07/76, do Art. 28, § 2º, combinado com o § 4º, do mesmo Artigo, da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1976.

(a) ACCIOLY NETO”

Essa Sr. Presidente, Srs. Deputados, a petição que encaminhava à Mesa, propondo a indicação prevista no Art. 130, § 1º, do Regimento Interno, segundo o qual: “Indicação é a proposição de qualquer Deputado sugerida a manifestação da Assembléia ou de suas Comissões, sobre determinado assunto de competência do Poder Legislativo”.

Requeiro também, Sr. Presidente, a juntada, aos autos desta nossa indicação, das notas taquigráficas da sessão de ontem.

Solicito, nesta oportunidade, o pronunciamento da Mesa. O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo). De acordo com o

Artigo 130, a Mesa recebe a indicação e envia à Comissão competente, com o prazo de 10 dias, também de acordo com o mesmo Artigo.

Entretanto, não vejo como possa a indicação ter efeito suspensivo na apreciação do Veto. E decorrido o prazo fatal, o Veto será dado como mantido, evidentemente.

Não sei o alcance que o nobre Deputado pretende conseguir.

O SR. ACCIOLY NETO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o objetivo desta indicação é fazer prevalecer a regra constitucional estabelecida no Artigo 28, § 1º e 2º. O § 1º diz respeito à fundamentação do Veto – não há – e veto sem fundamento não é veto, não houve, portanto, manifestação do Sr. Governador; e a aplicação do § 2º, do mesmo Artigo, segundo o qual, decorrida a quinquena, o silêncio do Governador importará em sanção.

Dessa forma, é suficiente a questão, se o veto terá, ou não, o tempo esgotado, desde que, qualquer manifestação da Assembléia, em torno dessa indicação, virá dessa questão.

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo). A Mesa suspende a sessão por 5 minutos para estudar a matéria, e pede, inclusive, a presença do autor e dos Líderes das duas bancadas, no Gabinete da Presidente.

– (É suspensa a sessão por 5 (cinco) minutos).

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo). Está reaberta a sessão.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Accioly Neto, por mais vinte minutos.

O SR. ACCIOLY NETO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece que os tempos novos ficaram guardados nas portas da Assembléia. E que, de repente, se descobriu que o Regimento Interno contém algumas normas que nunca foram utilizadas. E quando não se usa uma coisa por muito tempo, ou jamais se usou, acaba-se sem saber como fazer para usá-la. Como não há ainda na Assembléia – se se pode usar o termo – jurisprudência sobre indicações, se desconhece até quais são os seus efeitos em relação a projetos, por exemplo, que estejam em tramitação.

profundamente contraditório no documento que enviou a esta Casa.

Ele inicia por dizer que o veto parcial ocorreu por julgar a parte vetada contrária aos interesses do Estado, e V. Exa. já demonstrou bem a incorreção da expressão usada pelo Sr. Governador. Mas, diz ele, que essa parte vetada contraria o interesse do Estado e acrescenta pronunciamento do Sr. Secretário dos Recursos Humanos, que diz que “as demais vantagens e gratificações já estão previstas e perfeitamente regulamentadas “por dispositivos legais da espécie”.

Ora, se a expressão “vetada sem prejuízo de outras vantagens e gratificações” já está, segundo o Governador, na palavra do seu Secretário de Recursos Humanos “contida, prevista e perfeitamente regulamentada nos dispositivos legais da espécie”, porque contrariaria ela o interesse do Estado?

Volto, porisso, a concluir que o veto não só é inconsequente; houve apenas o prazer de vetar por vetar sem que veto houvesse. Não há razão para que se fundamente na contrariedade do interesse do Estado porque o interesse do Estado não está contrariado nas palavras do próprio Governador. Portanto, tem inteira razão V. Exa. e me parece que deve haver da parte do Poder Executivo mais cuidado com o que escreve e com o que assina.

O SR. ACCIOLY NETO — Agradeço o aparte de V. Exa.

Realmente a argumentação expendida, de certa forma já tinha sido ventilada pelo relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Nilso Sguarezi. Apenas que ele a enfocou por um outro ângulo, qual seja o de que não há nada de mais em se manter as expressões “sem prejuízo de outras vantagens e gratificações”, não obstante tais direitos já estejam assegurados, segundo o Governador, nos “dispositivos legais da espécie”.

Não é também redundância porque nós encontraremos nas demais leis complementares que possuímos, como o Estatuto do Ministério Público, e como teremos até, por felicidade, oportunidade de examinar brevemente o Estatuto do Magistério Público do Estado, regras idênticas a esta e que constam efetivamente — só que ele não citou — no Estatuto do Funcionário Público Civil. Então, me parece que nós devemos e, nisto até solicito o empenho do eminente Líder do Governo, emendar a proposta enviada pelo Governador, na parte referente ao que manda incorporar aos proventos de inatividade do professor, da função gratificada decorrente de cargo em comissão. Se já há, como disse o Governador, não vejo porque nós devamos, aqui, legislar “bis in idem”. Extamente, é esta a argumentação levantada pelo Governador para vetar o Projeto de Lei número 07/76, este acréscimo feito por ocasião de sua tramitação aqui na Assembléia. É evidente que é uma força de expressão, porque ele próprio não tem, evidentemente, como justificar ou não tinha como justificar o veto. Apenas, tolheu uma iniciativa própria, aliás, do Poder Legislativo, porque, provavelmente, entende que sempre caberá ao Poder Executivo o desencadeamento de medidas legislativas que visam atender aos servidores públicos do Estado. Em outras palavras, à Assembléia não cabe o direito, em momento algum, de oferecer, aos servidores públicos do Estado, nenhuma medida legislativa que redunde em benefícios e vantagens. É exclusivo do Chefe do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). A Presidência comunica ao nobre orador que o tempo já está esgotado e concede mais um minuto para conclusão de sua oração.

O SR. ACCIOLY NETO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aguardo sereno que, posteriormente, as comissões ou, a Comissão, quando esta indicação chegar a plenário, ela deva merecer, dos Srs. Deputados, a preocupação e a atenção que desperta, não por ser uma iniciativa singular mas, porque representará, em verdade, a própria afirmação de nossa soberania

política.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Continua em discussão.

O Sr. Ivo Thomazoni — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

São raras as oportunidades que este Plenário tem, de assistir uma aula de Direito Constitucional e, eu me dou por feliz por pertencer ao colegiado que tem o privilégio de ouvir, desta tribuna, o eminente Sr. Deputado Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Accioly Neto, que, procurando revalidar um expediente novo neste Parlamento, procura sobrestar exigência constitucional para, se obtido sucesso na sua pretensão, criar um precedente perigoso nas futuras deliberações desta Casa.

É bem verdade, Sr. Presidente, que regimentalmente S. Exa. está amparado, ao pretender, através de uma indicação provocar um pronunciamento da Assembléia Legislativa do Estado, sobre o que se entende por fundamentação do Veto ora em discussão.

Todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está a me preocupar o cumprimento do que dispõe o § 5º, do artigo 28, da Constituição Estadual. Sabemos, Sr. Presidente, que estamos na undécima hora para deliberarmos sobre o Veto Governamental. O dispositivo constitucional é imperativo, quando considera mantido o veto não apreciado pela Assembléia Legislativa, dentro do prazo de quarenta e cinco dias.

A Comissão de Constituição e Justiça, integrada pelos mais eminentes juristas, teve oportunidade de apreciar a fundamentação governamental aposta, digamos melhor, juntada ao veto apostado pelo Sr. Governador à Proposição número 206/76. Naquela oportunidade a nossa CCJ., ao falar sobre o assunto, não se limitou à argumentação agora defendida pelo autor da emenda, objeto de veto.

O que me preocupa, Sr. Presidente, é que acolhida a indicação, remetida para parecer da nossa Comissão de Constituição e Justiça, e fatalmente devolvida para deliberação deste Plenário, vai ensejar, Sr. Presidente, que a outra norma constitucional, aquela contida no § único, do artigo 22, da Constituição Estadual, seja desrespeitada. Por que, Sr. Presidente?

Porque a indicação poderá nos termos do nosso Regimento Interno, ser validada por maioria simples do número da presença eventual da maioria dos Srs. Deputados, neste Plenário. E ficaríamos, Sr. Presidente, na contingência de explicarmos e daí a dificuldade, de que não respeitamos o § 5º, do artigo 28, da nossa Constituição que é clara, Sr. Presidente, prevê o órgão privilegiado de 2/3 para se manter a proposição, rejeitando-se o veto governamental.

Por mais que eu procure entender o expediente usado pelo eminente Deputado Accioly Neto, não me conformo, Sr. Presidente, quando se afirma que o Governador do Estado não fundamentou as razões do veto. Porque através do Ofício número 101/76, de 24 de junho, o Governador pode não ter sido muito explícito, pode não tê-lo feito com muitos detalhes. Mas, fundamentou as razões do veto. E diz inclusive, que o não acolhimento das expressões contidas na emenda, sem prejuízos de outras vantagens e gratificações, constantes do Artigo 1º da pretendida redação do § 1º do Artigo 87 — da Lei Complementar número 03/74, eram redundantes.

Em outra oportunidade, Sr. Presidente, já afirmávamos de que o Tribunal de Contas do Estado, registrou e registra, todos os processos de aposentadoria, em que se pretendeu somar as ditas vantagens e gratificações.

Não seria redundante a emenda, se o eminente Depu-

O Sr. Accioly Neto — V. Exa. parece — quer me permitir para que não pareça esta interpretação provocativa — não entendeu bem o espírito do Projeto de Lei número 07/76, que o Sr. Governador do Estado deixou bem claro na Mensagem. Vou ler para V. Exa. (Lendo):

“Assim, a medida proposta assegurará aos integrantes da Polícia Civil do Estado, por ocasião da aposentadoria, a incorporação da gratificação do tempo integral e dedicação exclusiva, calculada sobre a média do percebido nos últimos três anos. Aliás, cabe ressaltar que a vantagem em questão guarda, pela sua natureza, sintonia com o benefício que, através da Mensagem número 26/76, desta mesma data, estou propondo em favor dos demais funcionários do Estado”.

O objetivo da medida, a rigor, é o seguinte: “consubstancia medida legal que virá atender justa reivindicação dos integrantes daquele importante setor da Segurança Pública, qual seja a de, uma vez atingido o tempo de serviço necessário, poderem solicitar aposentadoria sem redução em sua remuneração, por decorrência do corte de vantagens”.

O objetivo foi fazer com que o servidor policial civil pudesse requerer sua aposentadoria sem que na inatividade tivesse prejuízo.

O SR. IVO THOMAZONI — Estou lembrando a V. Exa., episódios vividos aqui em oportunidades anteriores.

O Sr. Accioly Neto — Agora estamos vivendo outro episódio.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa., mais do que nunca, fortaleceu minha argumentação de que o benefício pretendido pelos integrantes da Polícia Civil do Estado e constante da Mensagem Governamental, está sendo mantido.

O Sr. Accioly Neto — O regime de tempo integral e dedicação exclusiva que eles não possuíam.

O SR. IVO THOMAZONI — Foi uma vantagem pleiteada pelos integrantes da Polícia Civil e que o Sr. Governador do Estado, entendendo justa, houve por bem encaminhar Mensagem a esta Casa e nós referendamos o ante-projeto de lei e agora foi transformado em Lei.

O que pretendo dizer, eminente Deputado Accioly Neto, que, realmente, o Governador está com a razão, está certo ao considerar redundante a redação da emenda proposta por V. Exa. No instante em que V. Exa. trouxe a esta Casa, o fato concreto que não tenha o funcionário ao se aposentar, contado

para todos os efeitos, os benefícios das outras vantagens e gratificação, então esta Casa estará com V. Exa. validando a argumentação de V. Exa.

O Sr. Accioly Neto — Mas aí já é tarde, o condenado já morreu. O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. solicite o parecer normativo e nós o apoiaremos.

O Sr. Accioly Neto — Eu não vejo porque nós devemos solicitar parecer normativo, porque não há necessidade através de uma medida legal, específica, resolver a questão.

O SR. IVO THOMAZONI — Realmente, não há necessidade porque tem sido norma do Executivo, de mandar contar, para todos os efeitos legais, estas vantagens e estas gratificações.

Era Sr. Presidente, o que cabia. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet) Continua em discussão. Será colocada em votação. Antes de colocar a matéria em votação, nós estamos recebendo aqui, uma indicação do nobre Deputado Accioly Neto, que recebe o seguinte parecer A CCJ para dentro de 10 dias emitir parecer, Artigo 130 e parágrafos do Regimento Interno. Em votação o Projeto 07/76.

Em votação o Projeto de Lei número 07/76. Os Srs. Deputados que estão de acordo, conservem-se como estão. Aprovado o Projeto e mantido o Veto.

O SR. ACCIOLY NETO — Pela ordem, Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet) Os Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se. Os Deputados que rejeitam o Projeto, queiram levantar-se. 5 Srs. Deputados rejeitam e cinco Srs. Deputados aprovam. Não há quorum para a votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para quinta-feira, dia 9, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 104/76.

marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 10, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 107/76.

Levanta-se a Sessão.